

# AS MEMÓRIAS DOS ALUNOS E PROFESSORES DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NO DISTRITO DE ACUPE, SANTO AMARO-BA<sup>1</sup>

Elane Souza Tourinho Trindade<sup>2</sup>

## RESUMO

A proposta deste artigo busca analisar uma experiência de alfabetização de adultos efetuada no interior do Programa Brasil Alfabetizado, realizado no distrito de Acupe, município de Santo Amaro-Bahia, entre dezembro de 2015 a julho de 2016. Trata-se de uma pesquisa educacional fundamentada na perspectiva metodológica da História Oral, tendo as entrevistas e os relatos de memória como fontes de produção documental. O estudo selecionou um conjunto de sete alunos e duas professoras alfabetizadoras que participaram dessa iniciativa e se dispuseram a falar sobre suas experiências de alfabetização e ensino naquele momento. Reunindo depoimentos que se constituíram no corpus documental desta pesquisa, com vistas a explorar os significados das experiências de alfabetização de mulheres e homens trabalhadores. As principais referências teóricas deste ensaio se assentam nos conceitos de *experiência e memória*, como categorias centrais para este tipo de investigação, bem como nas noções de conflito, resistência, cultura, economia moral, costume e formação que alicerçam a perspectiva de pesquisa defendida pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, que articula tais categorias para conferir à educação e a seus agentes um papel destacado na organização da cultura de uma comunidade ou de um povo.

**Palavras-chave:** educação de adultos - Acupe (Santo Amaro, BA); história oral - Acupe (Santo Amaro, BA); Programa Brasil Alfabetizado - estudos de caso.

## ABSTRACT

The purpose of this article seeks to analyze an adult literacy experience carried out within the Brasil Alfabetizado Program carried out in the district of Acupe, municipality of Santo Amaro-Bahia, between December 2015 and July 2016. It is an educational research based on methodological perspective of Oral History, with interviews and memory reports as sources of documentary production. The study selected a group of seven students and two literacy teachers who participated in this initiative and were willing to talk about their literacy and teaching experiences at that time. Gathering testimonies that constituted the documentary corpus of this research, with a view to exploring the meanings of the literacy experiences of working women and men. The main theoretical references of this essay are based on the concepts of experience and memory, as central categories for this type of investigation, as well as on the notions of conflict, resistance, culture, moral economy, custom and formation that underpin the research perspective defended by the historian Englishman Edward Palmer Thompson, who articulates such categories to give education and its agents a prominent role in organizing the culture of a community or people.

**Keywords:** adult education - Acupe (Santo Amaro, BA); Brazil Literate Program - case studies; oral history - Acupe (Santo Amaro, BA).

---

<sup>1</sup> Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campos dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Jorge Garcia Basso.

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela UNILAB.

## 1 INTRODUÇÃO

Meu interesse pelo tema da alfabetização de adultos nasceu durante a minha experiência como graduanda no componente curricular de Ensino de Jovens e Adultos nos países da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira do curso de Pedagogia da UNILAB – Campus Malês-BA, quando tive a oportunidade de discutir em sala de aula, o filme documentário: “*40 Horas na Memória: Resgate da experiência dos alunos de Paulo Freire em Angicos-RN*”, produzido pela Assessoria de Comunicação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), lançado em 2013, na comemoração dos 50 anos da experiência pioneira de alfabetização de adultos coordenada por Paulo Freire, no sertão do estado do Rio Grande do Norte.<sup>3</sup>

Os depoimentos dos alunos de Paulo Freire em Angicos-RN, despertou minha curiosidade em relação à pedagogia proposta pelo educador brasileiro e o seu método de alfabetização de adultos, além disso, o filme me trouxe lembranças de minha participação como agente colaboradora do Programa Brasil Alfabetizado entre dezembro de 2015 a julho de 2016, realizado no distrito de Acupe, Município de Santo Amaro-BA. Nesse programa pude testemunhar o processo de alfabetização de muitos familiares, amigos e vizinhos da minha casa. Com base nessas minhas experiências, direcionei meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para uma reflexão sobre as memórias dos alunos e professores do Programa Brasil Alfabetizado em Acupe, recolhendo, quase dez anos depois, depoimentos de alguns daqueles parentes e amigos que foram alfabetizados.

Programa Brasil Alfabetizado foi uma ação do governo federal desenvolvida em colaboração com os governos dos estados brasileiros, a união e os municípios. O programa garantiu recursos financeiros suplementares para a formação de alfabetizadores; aquisição e produção de material pedagógico; alimentação escolar e transporte dos alfabetizandos. Na gestão do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, se anunciou a alfabetização de jovens e adultos como uma das prioridades de seu governo e, para concretizar essa ação, foi lançado em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado.

Em seu início, o programa era visto como mais uma campanha de alfabetização por suas características serem semelhantes a ações de períodos anteriores, dando ênfase ao trabalho voluntário. A iniciativa “previa erradicar o analfabetismo em 4 anos atuando sobre 20 milhões de brasileiros. Previa-se um mês de preparação do alfabetizador e 5 meses para a ação direta de

---

<sup>3</sup> Disponível em: [Documentário "40 Horas na Memória" \(youtube.com\)](https://www.youtube.com/watch?v=...)

alfabetização” (Soares; Galvão, 2005, p. 273). Em 2004, com a mudança de ministros da educação, o programa foi redefinido em alguns pontos: retirou-se a meta de erradicação do analfabetismo em 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada de 6 para 8 meses.

Trata-se de uma pesquisa educacional baseada na perspectiva metodológica da História Oral, tendo as entrevistas e os relatos de memória como fonte de produção documental, testemunhos, imagens, acontecimentos ou a narração de experiências.

O caminho adotado por este estudo, primeiramente, selecionou um conjunto de alunos do Programa Brasil Alfabetizado em Acupe, que se dispuseram a falar sobre suas experiências de alfabetização naquele momento, reunindo depoimentos, que constituíram o corpus documental deste estudo. As principais referências teóricas desta pesquisa se fundamentam nos conceitos de *experiência* e *memória*, como categorias centrais para este tipo de investigação, bem como as noções de conflito, resistência, cultura, economia moral, costume e formação que alicerçam a perspectiva de pesquisa defendida pelo historiador inglês Edward Palmer Thompson, que articula tais categorias para conferir à educação e a seus agentes um papel destacado na organização da cultura de uma comunidade ou de um povo.

Para ele, cultura está definida como um conceito descritivo, que abarca um repertório de atitudes, valores, artefatos e significados, a cultura é entendida como um lugar de transmissão de habilidades e produção de sensibilidades, sempre cortada pela noção de reciprocidade. Na visão do autor, mesmo os indivíduos singulares estão marcados por horizontes históricos inescapáveis, porém, para ele “somos agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias” (Thompson, 1981, p. 101). Muito embora os determinismos econômicos e sociais limitem a ação dos sujeitos na História, estes disputam a narrativa do passado permanentemente com os pés no presente e vislumbrando o futuro.

Thompson combate a tese da determinação histórica absoluta, ao conferir aos diferentes grupos e indivíduos, alguma possibilidade de manobra diante da “jaula flexível” que nos oferece a cultura. “Estamos falando de homens e mulheres, em sua vida material, em suas relações determinadas, em suas experiências dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência” (Thompson, 1981, p. 111). Nesse sentido, “pensar educação a partir da experiência” de determinados sujeitos históricos é uma perspectiva de análise que transforma a prática educativa em “algo mais parecido com uma arte do que com uma técnica ou uma prática” (Larrosa, 2019, p. 12). Para tanto, tomamos a noção de experiência como algo “que

nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca” (Larrosa, 2019, p. 18).

Costuma-se pensar a educação do ponto de vista da relação entre a ciência e a técnica ou, às vezes, do ponto de vista da relação entre teoria e prática. Se o par ciência/técnica remete a uma perspectiva positivista e retificadora, o par teoria/prática remete sobretudo a uma perspectiva política e crítica. De fato, somente nesta última perspectiva tem sentido a palavra ‘reflexão’ e expressões ‘reflexão crítica’, ‘reflexão sobre a prática ou não prática’, ‘reflexão emancipadora’ (Larrosa, 2019, p. 15, 16).

Nessa direção, a categoria de experiência torna-se fundamental para este estudo, para estabelecermos objetividade aos indivíduos como sujeitos históricos de “carne e osso”, que choram e riem, sentem dor e prazer, raiva e alegria, que se apropriam das mais diversas tentativas e formas de conformação ou resistem a elas. Tais fenômenos tornam a experiência “uma categoria que por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (Thompson, 1981, p. 101).

A concepção de memória é outra noção central para este estudo, pois se existem lembranças a serem acessadas, logo existe também uma história por parte dos indivíduos que relembra, associado a uma determinada cultura num determinado espaço de tempo. Nas culturas das sociedades orais ou predominantemente orais, “a função da memória é mais desenvolvida, mas também a ligação entre o homem e a palavra é mais forte” (Hampaté Bâ, 2010, p. 168).

Eu creio no poder das palavras, na força das palavras, creio que fazemos coisas com as palavras e, também, que as palavras fazem coisas conosco. As palavras determinam nosso pensamento porque não pensamos com pensamentos, mas com palavras, não pensamos a partir de uma suposta genialidade ou inteligência, mas a partir de nossas palavras. E pensar não é somente “raciocinar” ou “calcular” ou “argumentar”, como nos tem sido ensinado algumas vezes, mas é sobretudo dar sentido ao que somos e ao que nos acontece. E isto, o sentido ou o sem-sentido, é algo que tem a ver com as palavras. E, portanto, também tem a ver com as palavras o modo como nos colocamos diante de nós mesmos, diante dos outros e diante do mundo em que vivemos (Larrosa, 2019, p. 16, 17)

Segundo Souza (2007), a memória e a história de vida não estão apenas relacionadas a subjetividade dos indivíduos selecionados para a pesquisa, para além deles existem fatores históricos e culturais que envolve essas trajetórias de vida, relatadas através dos pontos de vista de quem as vivenciou, a memória está também associada ao esquecimento, no sentido de que, se esquecemos algo a qualquer momento, a memória pode a partir de qualquer acontecimento,

referência ou objeto, por meio do diálogo com pessoas que viveram uma certa experiência de vida, fazer com que esses indivíduos possam recordar momentos históricos, que até então estavam esquecidos, promovendo assim uma reflexão e autorreflexão sobre suas histórias de vida.

De modo geral, pensamos na memória como uma faculdade individual. Contudo, selecionamos um certo número de estudos que embasaram este trabalho, que apontam a existência de uma memória coletiva ou social”<sup>4</sup>. Nesse sentido, “o esquecimento, em suma, é a força viva da memória e a recordação o seu produto” mas o fato do indivíduo recordar acontecimentos de sua vida, não é a garantia que o entrevistador saberá de tudo, o sujeito pode filtrar algumas informações e decidir falar ou não, “ainda que o pesquisador dirija a conversa, de forma sutil, é o informante que determina o ‘dizível’ da sua história, da sua subjetividade e dos percursos da sua vida” Souza (2007, p. 67), sendo assim, o entrevistado continua como o protagonista principal da narrativa da sua história.

Para tanto, o artigo que segue, está estruturado em três partes, a primeira apresenta reflexões sobre o tema do analfabeto e do analfabetismo no Brasil desde a sua primeira constituição republicana, enfatizando o diferencial que as experiências de Paulo Freire, no contexto do final dos anos 1950 e o início da década de 1960, deixaram como legado para a luta política pela consolidação da Educação como um direito de todos e a alfabetização como um projeto pedagógico articulado à ideia de realização da cidadania. Na segunda parte, apresentamos informações sobre o distrito de Acupe e do Programa Brasil Alfabetizado realizado no município de Santo Amaro-BA, entre 2015 e 2016. A terceira seção, analisamos os depoimentos e os significados da alfabetização para os alunos alfabetizados pelo programa.

## **2 AS CAMPANHAS DE ALFABETIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO UM DIREITO**

A primeira constituição republicana brasileira, referendou a proibição do voto ao analfabeto e eliminou a seleção de eleitores por renda. O censo de 1890, apontava que mais de 80% da população brasileira era analfabeta, o que gerou, na sociedade e entre as elites brasileiras, um sentimento de “vergonha”, diante dos chamados países “adiantados e

---

<sup>4</sup> Os autores que foram destacados para o estudo sobre a memória são: Alberti (2004a, 2004b), Bosi (1987), Nora (1993), Ferreira; Amado (1996), Thompson P. (1992), Sarlo (1995), Halbwachs (2006), Worcman; Perreira (2006), Souza; Lima (2022).

civilizados”. No Brasil, as primeiras décadas do século XX, foram marcadas por intensas discussões em diversas esferas da sociedade, em torno da alfabetização de adultos.

Foram muitas as campanhas pela alfabetização no período. Ao lado de associações que congregavam intelectuais de vários estados, muitos dos quais administrados na área educacional pelos “renovadores”, tomaram iniciativas em relação à questão, na medida em que gozavam de uma autonomia para implantarem seus próprios sistemas de ensino. Não havia uma política nacional e centralizada de educação (Soares; Galvão, 2005, p. 262, 263).

Na década de 1920, foi fundada a Associação Brasileira de Educação (ABE) que congregava educadores, advogados, médicos e intelectuais brasileiros, muitos deles de extração eugênica, higienista e sanitarista que consideravam o analfabetismo uma doença que assolava o país. O analfabetismo, era comparado ao “câncer que tem a volúpia ao corroer célula a célula, fibra por fibra, inexoravelmente, o organismo”, condenando o país à “subalternidade” e à “degeneração” (Couto *apud* Carvalho, 1998, p. 145). Na perspectiva da ABE, o analfabeto estava identificado com as imensas camadas populares e empobrecidas da sociedade brasileira, o “povo” em geral, era visto como preguiçoso, “improdutivo, degenerado, viciado, servil e incapaz, necessitando da ajuda das elites intelectuais para sair da situação doentia em que se encontrava” (Soares; Galvão, 2005, p. 264).

No final da década de 1950 e início dos anos 1960, emergiram movimentos sociais em defesa do direito à educação e da valorização da cultura popular, muito inspirados nas ideias do educador Paulo Freire, tais como o Movimento de Educação de Base (MEB), derivados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); o Movimento de Cultura Popular (MCP), ligado à Prefeitura de Recife; os Centros Populares de Cultura (CPCs), organizados pela União Nacional dos Estudantes (UNE); a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), da Paraíba; o movimento de trabalhadores “De pé no Chão Também se Aprende a Ler”, capitaneada pela prefeitura de Natal, entre outros.

Esses movimentos emergiram em diversos locais do país, mas foi no Nordeste que se concentraram em maior número e em expressividade. Naquele período, marcado pelo populismo, pelo nacional-desenvolvimentismo e pelas reformas de base, a educação de adultos é vista como forte instrumento de ação política: afinal, mais de 50% da população brasileira era excluída da vida política nacional, por ser analfabeta. Os movimentos surgem da organização da sociedade civil visando a alterar esse quadro socioeconômico e político. Conscientização, participação e transformação social foram conceitos elaborados a partir da realização de suas ações. O analfabetismo é visto não como causa da situação de pobreza, mas como efeito de uma sociedade injusta e não-igualitária. Por isso, a alfabetização de adultos deveria contribuir para a transformação da realidade social (Soares; Galvão, 2005, p. 269).

Somente durante o governo João Goulart (1961 – 1964), que se intensificou o processo de mobilização social em defesa das reformas estruturais da sociedade brasileira, entre elas a educação e a alfabetização de adultos. Nesse período, os saberes e as culturas populares são valorizados e o analfabeto passa a ser considerado um sujeito social portador e produtor de conhecimentos. Para tanto, a alfabetização passou a ser vistas como uma prática formativa dialógica em busca da afirmação da cidadania e da educação como um direito.

Paulo Freire propunha que, em lugar das cartas do ABC ou as cartilhas, a própria realidade do educando estivesse no centro do processo da alfabetização. A partir do conhecimento dessa realidade, o educador selecionaria as palavras – denominadas geradoras – que pudessem desencadear um processo de problematização dessa mesma realidade e as formas de superá-la e, ao mesmo tempo, servissem como ponto de partida para o ensino dos padrões silábicos da língua. No interior dos diversos movimentos, muitos materiais didáticos foram produzidos, inspirados na proposta de Paulo Freire. (Soares; Galvão, 2005, p. 269).

Em setembro de 1963, em Recife, foi realizado o Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, que contou com a presença de quase de dezenas de grupos nacionais de alfabetização de várias regiões e movimentos sociais do país. Todavia, a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos, realizada pelo governo de João Goulart, já sofria muitas críticas de setores reacionários e conservadores da sociedade brasileira e foi interrompido pelo Golpe Militar de 31 de março de 1964.

A cultura popular, estava intimamente articulada aos movimentos de luta por alfabetização, bem como aos ideais de emancipação política e libertação social, e era na época compreendida como um meio de resistência à dominação.

Em um documento elaborado em 1963, está explicitado que ‘o significado do termo cultura popular assume para nós forma definida a partir da compreensão mais profunda da situação da dominação externa a que está submetido o Brasil, desde o seu descobrimento, até os dias atuais’. Desse modo, a ‘eclosão dos movimentos de cultura popular’ decorreu da tomada de consciência de que a trajetória da dominação acarretou também implicações no plano cultural com a ‘prevalência de padrões culturais alienantes’ (Germano, 2005, p. 149)

Paulo Freire, que havia sido indicado para elaborar o Plano Nacional de Alfabetização junto ao Ministério da Educação, foi afastado depois da tomada do poder pelos militares, bem como os movimentos sociais de luta pela alfabetização foram extintos e seus educadores perseguidos.

As ideias e as propostas político-pedagógicas de Paulo Freire eram então bastante conhecidas. Ele era convidado a dialogar com educadores populares de norte a sul do

Brasil. No interior de um amplo universo de trabalhos pedagógicos e políticos e de cultura popular, que em todo o país mobilizava artistas, estudantes, educadores, cientistas, religiosos e educadores, além de inúmeras lideranças populares, Paulo Freire se tornou em pouco tempo uma referência essencial. E foi justamente a ousadia de suas ideias e propostas que o levou ao exílio (Brandão, 2005, p. 37).

Após a consolidação do golpe militar impetrado, inicia-se um cortejo de decretos e medidas governamentais que levariam à convocação de Paulo Freire a uma série de interrogatórios seguidos de um breve período de prisão e o inevitável exílio político em outubro de 1964.

Se a prática da alfabetização desenvolvida pelos movimentos de educação e cultura popular estava vinculada à problematização e conscientização da população sobre a realidade vivida e o educando era considerado participante ativo no processo de transformação dessa mesma realidade, com o Golpe Militar de 1964, a alfabetização se restringe, em muitos casos, a um exercício de aprender a “desenhar o nome” (Soares; Galvão, 2005, p. 270).

O que caracterizou o período posterior à intervenção militar, foi a orientação governamental de direcionar as atividades de alfabetização de adultos para a chamada “Cruzada ABC, de caráter evangélico, que já havia se instalado no país de práticas oriundas dos EUA” (Soares; Galvão, 2005, p. 270). O projeto idealizado por Paulo Freire, foi interrompido e o ataque ao seu legado para a alfabetização de adultos no Brasil, se converteu numa estratégia política do novo regime.

### **3 O PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO NA COMUNIDADE PESQUEIRA DE ACUPE-BA (2015 – 2016)**

Em 30 de dezembro de 1953, por força da Lei Estadual Nº 628/1953, a comunidade quilombola de Acupe foi elevada à condição de distrito de Santo Amaro-BA, Recôncavo Baiano, localizada a 16 km do centro do município e a 90 km da capital baiana, Salvador. Conforme o testemunho dos seus moradores mais velhos, a coletividade foi formada por algumas famílias de origem indígena e escravizados alforriados que se concentraram nessa região. Segundo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, havia nessa comunidade mais de 10 mil habitantes.

No período colonial, Acupe teve três engenhos, Engenho São Gonçalo, Engenho Murundu e Engenho Acupe, é daí que surge o nome do distrito. Acupe significa “terra quente”

palavra de origem indígena. A localidade é conhecida por suas manifestações culturais, tais como o samba de roda, nego fugido, caretas, bombacho, que caracterizam suas tradições e práticas culturais. Sua principal atividade econômica é a pesca artesanal e a mariscagem, fonte de renda para a maioria da população. Segundo afirma Cardoso (2001, p. 35).

Como pesca artesanal entendo a pesca realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil, que comporta ainda a produção de pescadores-agricultores, segundo o conceito de Diegues (1983,1980). Trata-se de uma pesca realizada com tecnologias de baixo poder de predação, levada a cabo por produtores autônomos, empregando força de trabalho familiar ou do grupo de vizinhança e cuja produção destinação ao mercado.

Na região, apesar da pesca ser considerada uma profissão predominantemente masculina, as mulheres foram aos poucos tomando espaço na prática artesanal da pesca de mariscos, contribuindo de forma significativa para a vida econômica e cultural da comunidade, mesmo sofrendo com problemas de saúde devido o contato com a lama e friagem do mar.

Por se tratar de uma comunidade quilombola, Acupe carece de um trabalho de qualidade para a Alfabetização e a Educação de Jovens e Adultos, pois muitos moradores sempre tiveram que conviver com a dificuldade de acesso à escola na infância e na adolescência, devido a necessidade de trabalhar desde muito cedo. Dessa forma, a educação escolar ficou em segundo plano. Nesse sentido, é de suma importância para as comunidades quilombolas, que a escola se aproxime desses moradores, para que eles possam voltar a estudar.

Dentre as leis que amparam legalmente a Educação de Jovens e Adultos, temos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9.394/96). A alfabetização de adultos é uma prática de caráter político, pois se destina a corrigir ou resolver uma situação de exclusão, que na maioria das vezes faz parte de um quadro de marginalização maior. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi lançado em 2002, como um projeto nacional de combate ao analfabetismo, sua última implementação na região foi em 2015, atuando fora do regime escolar o que facilitou a inserção desses alunos por meio da flexibilidade de horários para a aprendizagem.

O projeto tinha como objetivo reduzir a taxa de analfabetismo através do ensino da leitura e escrita. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNA Contínua), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de junho de 2022, temos ainda no país perto de 10 milhões de analfabetos. Tal realidade inviabilizou o cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) de erradicar o analfabetismo no

país até 2024. Os números ainda são altos, principalmente por se tratar da população idosa da Região Nordeste, predominantemente preta e parda.

Em 2015, os municípios da região do Recôncavo Baiano manifestavam seu interesse em aderir ao Programa Brasil Alfabetizado por meio de resoluções lançadas no Diário Oficial da União. Em contrapartida os municípios receberiam um sistema técnico de implementação deste programa de alfabetização. Fui agente alfabetizadora voluntária dessa experiência em Acupe, entre dezembro de 2015 até julho de 2016, recebendo uma bolsa no valor de quatrocentos reais sem nenhum contrato trabalho, no entanto não foi isso que me incentivou a participar do projeto, mas o prazer em ensinar, principalmente para alunos que apresentavam tanta vontade de aprender, pelo menos a escrever o seu próprio nome.

No projeto trabalhei com 7 alunos, as aulas aconteciam em um espaço que anteriormente era utilizado como uma venda de alimentos, cedida por um morador da comunidade. As aulas eram ministradas três vezes por semana e no sábado fazíamos o planejamento das atividades. Nós professores, tivemos apenas uma semana de formação para a execução do projeto, mesmo não sendo o suficiente, nos dedicávamos muito e sempre procurávamos nos atentar para as necessidades dos alunos. Não era exigido dos voluntários a formação em pedagogia para ser um agente alfabetizador, contudo o planejamento das aulas era baseado de acordo com as necessidades dos alunos, considerando sua cultura, contribuindo para um ensino que garanta uma aprendizagem de qualidade para os alunos.

Mesmo com suas limitações, o projeto foi de suma importância para os alunos que não eram alfabetizados de Acupe, que almejavam com essa oportunidade conseguirem se alfabetizar. Os alunos eram esforçados em participar das aulas, apesar de suas dificuldades, muitos iam direto do trabalho para escola e não faltavam. Eram alunos que por motivos sociais, cultura familiar (repetição por várias gerações de não concluir o ensino regular), tiveram que interromper o estudo para ajudar na casa, e tinham o desejo de voltar a estudar, sobretudo para conseguirem assinar o próprio nome.

O projeto trouxe esperança para Acupe, uma vez que possibilitou um ensino que deu flexibilidade aos estudantes de estarem em sala de aula, sem restringir suas ocupações diárias. A comunidade de Acupe precisa de políticas públicas que possam garantir um ensino de qualidade para essas pessoas que tanto almejam por uma condição de vida melhor, que por dificuldades de sobrevivência não puderam dar continuidade ao ensino regular.

#### 4 “EU NÃO SABIA BOTAR O MEU NOME”

As carências e dificuldades sempre estiveram presentes na vida desses alunos. Podemos perceber esse sentimento na fala da aluna Nadja, *Eu não tive infância, eu comecei a mariscar com 10 anos, depois fui trabalhar na casa dos brancos, quando retornei foi com 25 anos, não tive infância*. Esses jovens e adultos foram marcados por uma infância difícil, trazendo na memória as marcas dessa fase, que deveria ser cheia de esperança, porém, por necessidade, tiveram que abrir mão de estudar para trabalhar. Como relata a aluna Luciene,

*Minha infância foi mais ou menos, saía pra trabalhar, fiquei na casa do outro trabalhando. Aqui onde moro não tem trabalho. Parei os estudos para trabalhar, mas com o tempo voltei a estudar; minha infância foi essa. Logo quando era pequena, minha mãe me colocou pra trabalhar, realmente eu não tive infância. Na infância eu não tive escola, era correria, depois peguei família, aí não parei, não tive tempo de estudar. Minha vida na infância era trabalhar não tive chance para negócio de estudo, como até hoje.*

No entanto, atualmente essa segregação tende a tomar pouco espaço na sociedade, visto que políticas públicas foram criadas para que todos tivessem direitos respeitados, como por exemplo a educação, uma das vertentes que possibilita a diminuição da desigualdade de classe. Sendo assim, essas políticas garantem o bem estar social do sujeito que não são reconhecidos como cidadãos. Essas ações transformam a realidade e a mentalidade do aluno e perpassa para geração futura, como vemos na fala da aluna Joanice.

*O que eu mais gostava era as risadas, ela colocava no quadro, explicava, mas não entrava nada em minha cabeça, porque não sabia nada de nada, ela explicava de novo, colocava no caderno foi aí que fui entender ditado de palavras que eu gostava e separara as sílabas, que eu aprendi no projeto. E hoje tô tentando passar isso para meu neto.*

A infância desses jovens e adultos, foi marcada por preconceitos por ser de classe baixa, com escolas que ficavam longe, ausência de professores, falta de flexibilidade de tempo, espaço, motivação no ensino e na aprendizagem, mecanismos de acordo com social, no qual seus direitos a educação foram transgredidos. De acordo com Jussara Margareth de Paula Loch *apud* Miranda (2018, p. 8):

Muitas vezes (os alunos da EJA) não alcançam o que desejam porque na EJA os conteúdos trabalhados são vazios de significados para eles, distantes das suas realidades e necessidades. A EJA deve constituir-se, assim como espaço acolhedor, instigando-lhes a criticidade e não visando apenas à formação técnica /

profissionalizante. Justifica-se assim [...] ser condizente e fornecer-lhe o acesso ao conhecimento e a cultura.

É necessário considerar os saberes desses alunos, amparando-os com práticas pedagógicas de forma afetiva. Muitos desses alunos não tiveram acesso fácil à escola, as vezes por dificuldade na aprendizagem e por falta de políticas públicas que pudessem fornecer um amparo para eles, isso impossibilitou a permanência desses alunos na sala de aula. Relata o aluno Denivaldo “*o problema é que tá pegando pra mim é ler e escrever, eu estudava só que parei na 5º série, só que eu queria aprender a ler e escrever ainda*”. Essa vontade de saber escrever seu nome foi a motivação principal que o aluno encontrou para participar do projeto de alfabetização, visto que ele participou do ensino regular, porém não teve êxito.

Vale ressaltar, que esse aluno muitas vezes ia direto da pescaria para o projeto sendo de suma importância na vida dele, como ele mesmo diz, *o projeto foi tão ótimo e tão gostoso de aprender e o que me marcou foram as letras, eu nem sabia nem a letras, nem meu nome eu não sabia assinar, fui aprendendo aos pouquinhos, aí eu fui soletrando e comecei ler. A alfabetização muda a realidade desses alunos que procuram melhorias, essas pessoas viram a possibilidade de saber ler e escrever com o acesso a esse programa de alfabetização.*

A aprendizagem da leitura e da escrita reacendeu neles a esperança e um sentimento de conquista pessoal e profissional, por não serem mais visto como analfabetos, como destaca a aluna Joalice em seu depoimento.

*Hoje eu sei assinar meu nome, porque de um projeto que há muito tempo que trouxe pra aqui, e o que mais marcou nesse projeto foi eu assinar meu nome, porque imagine você, ir assinar um documento e não saber assinar seu nome, fazer uma identidade e não saber o nome, fazer um título e não saber? E eu aprendi assinar meu nome.*

Diante da fala da aluna, percebemos as mudanças que essa oportunidade causou na vida de cada um deles, a satisfação de saber assinar o próprio nome, restabelecendo a autoestima desses sujeitos em suas próprias experiências. Isso contribuiu para a ampliação da sua visão de mundo, eles puderam se conscientizar da sua realidade. Dessa forma, nota-se que eles buscavam o reconhecimento da sociedade, uma melhor inserção no mercado do trabalho e orgulho pessoal. O trabalho sempre esteve presente na vida desses alunos, desde sua infância até a vida adulta, pois muitos tiveram que conciliar as aulas com seus afazeres que garantiam o sustento de suas famílias. Como relata a aluna Nadja

*Eu aprendi muita coisa, principalmente botar meu nome que eu não sabia. Aprendi as letras, muitas vezes trocava as letras, mas hoje em dia não troco mais. Outra coisa*

*foi que não sabia colocar o nome de meus filhos e hoje em dia já consigo, onde eu for escrevo o nome deles. Esse projeto me deixou com animação para estudar, que eu voltei a estudar. gostei muito me animou e até hoje estou estudando.*

Apesar de ter sido um curto espaço de tempo o Projeto Brasil Alfabetizado fez com que os alunos escrevessem seus nomes e inspirando Nadja em buscar por mais conhecimento. É fundamental levarmos em consideração essa relação de trabalho e formação de uma família em que tais sujeitos encontram-se submetidos, já que recai sobre esses alunos a responsabilidade do sustento familiar, obrigando-os a escolher entre comer ou estudar. Muitas vezes, eles são mães de família, que optam em cuidar de seus familiares abandonando assim a escola. Como diz o aluno Denivaldo,

*não aprendi muito porque eu parei de ir porque comecei a pescar de noite, aí não deu pra eu ir, ou bem pescar ou estudar. Eu vinha da pescaria e a professora vinha aqui para me incentivar, mas eu tinha que ir um dia sim, um dia não, porque tinha filho pra dar comida.*

Esse depoimento demonstra bem as dificuldades de sobrevivência que os obrigam a deixar o estudo para conseguir o sustento familiar, no entanto se fossem ofertados empregos que pudessem conciliar os estudos, eles não precisariam deixar de estudar para irem pescar a noite, conseqüentemente impedidos de aprender. Isso é uma característica muito marcante no distrito de Acupe, uma reprodução social que desde os seus antepassados acontecia. Muitas avós desses alunos, deixavam suas mães em casa para cuidar do lar e iam trabalhar. Tal situação continua sendo constante na vida desses alunos, que desde sua infância, tiveram seus estudos interrompidos. Como afirma o relato da aluna Paula,

*Esse projeto acendeu o desejo de eu aprender a ler e escrever, e meu nome que eu não sabia todo. Eu aprendi a ler, um pouquinho a soletrar, fazer conta que já tinha me fugindo da cabeça, e ela me ajudou a reviver esse momento, foi o que me incentivou a voltar a escola, eu quero voltar a escola porque o que eu aprendi quero continuar, foi maravilhoso.*

O programa despertou na aluna a esperança na possibilidade de continuidade dos estudos, fazendo com que retomasse alguns ensinamentos que já possuía, dessa forma, reconstruindo sua identidade humana e cultural. As aulas eram ministradas para possibilitar a aprendizagem dos alunos, atentava-se para a valorização de suas profissões como o meio pelo qual se ensinava, levando em consideração seus saberes. Por isso, muitas vezes fazíamos brincadeiras como proposta de atividades para facilitar a compreensão e a participação dos

alunos, como afirmam duas educadoras que como eu, auxiliaram no trabalho de alfabetização dos alunos do projeto:

*O projeto era desenvolvido de acordo a realidade de cada aluno com a realidade da comunidade porque nós somos aqui comunidade quilombola então naturalmente a gente pegava os temas da realidade da vivência deles da comunidade para desenvolver as metodologias (Depoimento da Professora 1).*

*As aulas eram formuladas para trazer novidades aos alunos, as atividades eram pensadas de acordo com a realidade dos alunos, a gente trabalhava muito na área de matemática, pois eles trabalhavam com contas na venda dos seus peixes e mariscos, por se tratar de uma comunidade carente, a maioria trabalhava com a pesca e a gente trabalha muito nessa área por conta disso (Depoimento da Professora 2).*

É importante que o professor tenha um olhar para as circunstâncias de vida do aluno, tendo em vista que, mesmo que esteja a frente em conhecimento científico, não se coloquem como “donos ou detentores do saber” para que a aula se dê numa dinâmica de diálogo com aluno, pois eles possuem saberes significativos para a eficácia da aprendizagem. Para Paulo Freire (1996, p. 17),

*Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela- saberes socialmente construídos na prática comunitária- mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com ensino dos conteúdos.*

Essa relação precisa ser mútua em prazer, em aprender e ensinar. A aula só terá êxito se o ensino levar em consideração o conhecimento dos alunos. O professor deve estar atento e disposto a reconhecer e ajustar suas estratégias de aula com os interesses e as necessidades dos alunos, dessa forma conseguirá ter um retorno produtivo e um ensino satisfatório. Como relata a aluna Luciene,

*Que a professora voltasse a ensinar, porque foi muito bom a presença dela na sala de aula, ela ensinou do jeito que deve ensinar o aluno uma professora muito paciente e amiga, o bom é isso que a professora tenha esse contato também não só como aluno que seja paciente. Eu gostaria muito que esse projeto voltasse, que a professora ensinasse a nós de novo porque foi muito bom.*

Ressalto mais uma vez a valorização da cultura local dos alunos para garantir interesse e a qualidade da educação, usando a etnomatemática como ferramenta de ensino, articulando elementos da cultural do aluno com as atividades pedagógicas, priorizando os conhecimentos dos alunos fora do ambiente escolar. Essa técnica serviu para mostrar que é possível encontrar outras maneiras de ensino levando em conta a realidade dos alunos, uma vez que esses alunos

moram em comunidade quilombola e são pescadores e marisqueiras. Como afirma Paulo Freire (2015, p. 67,68)

Pensar que é possível a realização de um tal trabalho em que *o contexto teórico* se separa de tal modo da experiência dos educandos no seu *contexto concreto* só é concebível a quem julga que o ensino dos conteúdos se faz indiferentemente ou é independente ao que os educandos já sabem a partir de suas experiências anteriores à escola. E não para quem, com razão, recusa essa dicotomia insustentável entre, contexto concreto e contexto teórico.

Os alunos sentiam prazer na forma pela qual o ensino era dado. *Era ótimo, fazia o meu dever no quadro, a professora fazia brincadeiras para a gente fazer, ela gostava de escrever e brincar, botava ditado de palavras, fazia tudo direitinho e fazia brincadeira na sala de aula.* O espaço escolar se transformava em uma experiência divertida e de aprendizagem. Muitos deles relatavam após a aula como haviam gostado da aula. O ditado de palavras e a separação de sílabas era o que eles mais gostavam, conseqüentemente a forma que eles aprendiam.

*Tirava do quadro e tinha dia que ela fazia ditado de palavras tirava do quadro também e passava também para a gente fazer. Eu sou marisqueira eu trabalhava de dia e de noite ia para escola. Eu aprendi muita coisa principalmente botar meu nome que eu não sabia aprendi as letras muitas vezes trocava as letras, mas hoje em dia não troco mais a letra.*

A formação escolar se dá nas relações de aprendizagem, no momento em que os alunos aprendem com estratégias pedagógicas que os ajudem a assimilar o conteúdo, o conhecimento é construído de forma que contemple as exceções tanto do professor quanto do aluno. A busca pelo aprendizado se torna algo de grande valor para uma pessoa que não teve a oportunidade de ser alfabetizado quando criança, se transformando numa experiência inesquecível, como se fosse um novo caminho surgindo, despertando em cada um deles a esperança de melhores condições de vida e trabalho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Brasil Alfabetizado foi uma campanha de alfabetização que representou uma mudança significativa na vida de jovens e adultos de Acupe, que puderam se alfabetizar, a partir dessa iniciativa da união em colaboração com os governos estaduais e os municípios

brasileiros. Dessa forma, o projeto trouxe esperança para muitos pescadores e marisqueiras desta comunidade, a campanha foi de suma importância para a vida desses alunos.

Como agente alfabetizadora percebi por meio dos relatos e convivência com os participantes do projeto, o desejo e a valorização dessa iniciativa na vida dos alunos. Após as aulas, os mesmos relatavam experiências do seu cotidiano e como estavam conseguindo ler e escrever, bem como o quanto isso se refletia em seus ambientes de trabalho, em suas experiências nos mais diversos espaços sociais para obter documentos com sua assinatura, passar o troco de suas vendas corretamente, escrever os nomes dos filhos e principalmente escrever corretamente o seu próprio nome.

Nos relatos coletados é evidente o esforço e as dificuldades dos alunos, que em função de seus afazeres, pensavam em desistir do projeto, todavia fora dos horários de aula, eu os incentivava a retornarem aos estudos indo na casa deles, e com muita vontade de aprender eles voltavam às aulas. Pude perceber esses resultados nas falas dos alunos durante as entrevistas, principalmente na fala da aluna Maria que diz *ela me fez ver o mundo que eu não sabia*”, na mesma direção a aluna Paula mencionou que *esse momento foi o que me incentivou a voltar a escola, eu quero voltar a escola porque o que eu aprendi quero continuar, foi maravilhoso*. Tais depoimentos me fizeram cada vez mais reconhecer a educação como ela de fato é, transformadora.

O programa ofereceu novas perspectivas na vida desses alunos pescadores e marisqueiras da comunidade de Acupe, que tiveram a oportunidade de serem alfabetizados, em um contexto de solidariedade e acolhimento por parte do morador que cedeu o espaço para a realização das aulas, empenho e afeto das professoras que, mesmo com poucos recursos puderam contribuir para a afirmação do direito à educação para essa população.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar – Textos em História Oral**. Rio de Janeiro, FGV, 2004b.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Paulo Freire: educar para transformar**. São Paulo: Fundação Banco do Brasil/Instituto Paulo Freire, 2005.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da e da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 21 dez. 1996.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais: natureza, território, movimento social**. (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo - USP, 2001.

CARVALHO, Marta M. Chagas. **Molde nacional e fôrma cívica – higiene, moral e trabalho no processo da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista: Edusf, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Mitos e realidades sobre pescadores artesanais**. São Paulo, PPCAUB/IO-USP, FORD/UICN, 1980.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, Marieta, AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2015.

GERMANO, José Willington. **Resistência desfeita: educação, cultura popular, reforma social**. In: XAVIER, Libânia Nacif; CARVALHO, Marta Maria Chagas de; MENDONÇA, Ana Valeska; CUNHA, Jorge Luiz (Orgs.). **Escola, cultura e saberes**. Rio de Janeiro: FGV, p. 139 – 155, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: Ki –Zerbo, Joseph. In: **História geral da África: metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, p 167 – 212, 2010.

LARROSA, Jorge. **Tremores: escritos sobre experiências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.  
MIRANDA, Ingrid Campos de Oliveira. A construção do currículo na educação de jovens e adultos. *Revista Científica Semana Acadêmica*. Fortaleza, v. 1, n. 13, p. 1-14, 2018.

NORA, Pierre. Entre memória e história – a problemática dos lugares. Tradução: Yara Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SARLO, Beatriz. **Paisagens imaginadas**. São Paulo: Edusp, 1995.

SOARES, Leôncio. GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.) **História e memória da educação no Brasil – Vol. III: Séculos XX**. Petrópolis-RJ, Vozes, p. 257 – 277, 2005.

SOUSA, F. R.; LIMA, L. M. G. História oral e educação popular: reflexões sobre metodologia e práticas de pesquisa pautadas no diálogo e na escuta sensível. **História oral**, v. 25, n.2, p. 135-152, jul./dez. 2022.

SOUZA, Elizeu Clementino de. **(Auto)biografia, histórias de vida e práticas de formação**. p. 59-74, Salvador, 2007.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (Orgs.). **História falada: memória, rede e mudança social**. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.